

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	403.644
Preferenciais	122.807
Total	526.451
Em Tesouraria	
Ordinárias	810
Preferenciais	5
Total	815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	3.877.914	3.795.562
1.01	Ativo Circulante	757.193	885.248
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	86.419	145.925
1.01.03	Contas a Receber	543.857	641.108
1.01.03.01	Clientes	543.857	641.108
1.01.04	Estoques	12.112	12.755
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.194	17.839
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.194	17.839
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	85.611	67.621
1.02	Ativo Não Circulante	3.120.721	2.910.314
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.673.830	1.436.021
1.02.01.03	Contas a Receber	115.941	117.908
1.02.01.03.01	Clientes	115.941	117.908
1.02.01.06	Tributos Diferidos	248.784	207.525
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	248.784	207.525
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.309.105	1.110.588
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	63.674	49.051
1.02.01.09.04	Tributos a compensar	29.071	20.770
1.02.01.09.05	Ativo financeiro setorial	58.647	0
1.02.01.09.06	Ativo financeiro da concessão	1.132.754	1.019.658
1.02.01.09.07	Outros créditos	24.959	21.109
1.02.03	Imobilizado	21.682	25.063
1.02.04	Intangível	1.425.209	1.449.230
1.02.04.01	Intangíveis	1.425.209	1.449.230

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	3.877.914	3.795.562
2.01	Passivo Circulante	1.050.796	862.992
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.172	30.063
2.01.02	Fornecedores	556.247	442.112
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	556.247	442.112
2.01.03	Obrigações Fiscais	53.759	81.963
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.633	44.048
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	1.503	5.925
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.993	21.399
2.01.03.01.04	PIS COFINS parcelamento	10.195	9.507
2.01.03.01.05	Outras obrigações fiscais	5.942	7.217
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	29.126	37.915
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	29.126	37.915
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	67.892	47.295
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.218	19.848
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.218	19.848
2.01.04.02	Debêntures	48.674	27.447
2.01.05	Outras Obrigações	251.937	207.830
2.01.05.02	Outros	251.937	207.830
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	59.811	51.825
2.01.05.02.05	Passivo financeiro setorial	111.270	95.629
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	80.856	60.376
2.01.06	Provisões	92.789	53.729
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	58.246	21.715
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	25.850	11.919
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	32.396	9.796
2.01.06.02	Outras Provisões	34.543	32.014
2.01.06.02.04	Provisões regulatórias	34.046	31.886
2.01.06.02.05	Outras provisões	497	128
2.02	Passivo Não Circulante	1.505.451	1.510.940
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.123.918	1.133.553
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	33.576	47.180
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	33.576	47.180
2.02.01.02	Debêntures	1.090.342	1.086.373
2.02.02	Outras Obrigações	299.554	344.397
2.02.02.02	Outros	299.554	344.397
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	77.700	74.830
2.02.02.02.04	Passivo financeiro setorial	0	33.449
2.02.02.02.06	Impostos, taxas e contribuições	21.107	26.814
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	74.353	80.156
2.02.02.02.08	Fornecedor	126.394	129.148
2.02.04	Provisões	81.979	32.990
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	81.979	32.990
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	21.035	14.289
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.866	16.230

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	22.078	2.471
2.03	Patrimônio Líquido	1.321.667	1.421.630
2.03.01	Capital Social Realizado	1.386.558	1.386.558
2.03.02	Reservas de Capital	3.564	3.564
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.089	1.089
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	2.475	2.475
2.03.04	Reservas de Lucros	87.947	87.947
2.03.04.01	Reserva Legal	59.302	59.302
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	36.701	36.701
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-8.056	-8.056
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-99.963	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-56.439	-56.439

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	944.008	2.456.292	687.012	2.110.992
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-893.978	-2.216.429	-609.347	-1.829.661
3.02.01	Custo com energia elétrica	-693.671	-1.653.362	-461.297	-1.378.059
3.02.02	Custo de Operação	-88.642	-262.720	-77.020	-243.427
3.02.03	Custo do serviço prestado a terceiros	-111.665	-300.347	-71.030	-208.175
3.03	Resultado Bruto	50.030	239.863	77.665	281.331
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-163.888	-289.127	-76.738	-228.715
3.04.01	Despesas com Vendas	-21.332	-59.562	-31.491	-95.359
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-135.449	-208.243	-38.146	-112.053
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.107	-21.322	-7.101	-21.303
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-113.858	-49.264	927	52.616
3.06	Resultado Financeiro	-33.701	-93.521	-37.459	-102.220
3.06.01	Receitas Financeiras	15.831	62.322	25.498	92.692
3.06.02	Despesas Financeiras	-49.532	-155.843	-62.957	-194.912
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-147.559	-142.785	-36.532	-49.604
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	48.336	42.822	11.811	16.004
3.08.01	Corrente	861	1.563	0	0
3.08.02	Diferido	47.475	41.259	11.811	16.004
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-99.223	-99.963	-24.721	-33.600
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-99.223	-99.963	-24.721	-33.600
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-188,48000	-189,88000	-64,34000	-86,08182
3.99.01.02	PN	-188,48000	-189,88000	-64,34000	-86,08182
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-188,48000	-189,88000	64,34000	-86,08182
3.99.02.02	PN	-188,48000	-189,88000	64,34000	-86,08182

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-99.223	-99.963	-24.722	-33.600
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-30.097
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	-30.097
4.03	Resultado Abrangente do Período	-99.223	-99.963	-24.722	-63.697

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	218.219	250.285
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	285.736	269.551
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido Antes da CSLL e IRPJ	-142.785	-49.604
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	109.050	104.707
6.01.01.04	Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	52.381	-46.274
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	22.077	57.111
6.01.01.06	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros	67.448	32.153
6.01.01.07	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	149.418	171.131
6.01.01.08	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	7.377	4.354
6.01.01.09	Receita de aplicação financeira em investimento de curto prazo	0	-19.063
6.01.01.10	Perda (ganho) na baixa de ativo não circulante	20.770	14.988
6.01.01.12	Ações e Opções de Ações Outorgadas	0	48
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	27.715	181.849
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	77.442	11.713
6.01.02.02	Tributos a compensar	-5.135	2.530
6.01.02.03	Almoxarifado	643	-496
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-12.270	-14.658
6.01.02.05	Ativo financeiro setorial	-41.312	327.844
6.01.02.06	Contas a receber- Eletrobrás	-21.609	374
6.01.02.07	Outros Ativos Operacionais	430	14.698
6.01.02.09	Fornecedores	114.975	-128.686
6.01.02.10	Outras obrigações com entidades de previdência privada	-4.475	-8.414
6.01.02.11	Passivo Financeiro Setorial	-53.453	73.303
6.01.02.12	Outros tributos e contribuição	-30.818	-26.703
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	7.986	-43.805
6.01.02.16	Processos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Regulatório	-13.170	-20.124
6.01.02.17	Contas a pagar CDE	0	-25.872
6.01.02.18	Outros passivos operacionais	8.481	20.145
6.01.03	Outros	-95.232	-201.115
6.01.03.01	Encargo de dívidas e debêntures pagos	-80.711	-192.986
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-14.521	-8.129
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-267.895	-258.946
6.02.01	Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	0	-14.663
6.02.02	Aplicações e resgates de investimentos de curto prazo	0	-55.666
6.02.03	Adições de intangível	-267.895	-188.617
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.830	513
6.03.01	Amortização de principal de empréstimo e debêntures	-9.830	-261.624
6.03.02	Dividendos	0	295.455
6.03.03	Outros	0	-33.318
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-59.506	-8.148
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	145.925	22.302
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	86.419	14.154

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.386.558	-4.492	96.003	0	-56.439	1.421.630
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.386.558	-4.492	96.003	0	-56.439	1.421.630
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-99.963	0	-99.963
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-99.963	0	-99.963
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-99.963	0	-99.963
5.07	Saldos Finais	1.386.558	-4.492	96.003	-99.963	-56.439	1.321.667

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	463.235	-2.295	497.772	0	-23.950	934.762
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	463.235	-2.295	497.772	0	-23.950	934.762
5.04	Transações de Capital com os Sócios	923.323	33	0	0	0	923.356
5.04.01	Aumentos de Capital	923.323	0	0	0	0	295.455
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	33	0	0	0	33
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	627.868
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-33.600	-30.097	-63.697
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-33.600	0	-33.600
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-30.097	-30.097
5.07	Saldos Finais	1.386.558	-2.262	497.772	-33.600	-54.047	1.794.421

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	3.997.631	3.787.557
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.719.361	3.636.691
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	300.347	208.175
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-22.077	-57.309
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.403.731	-1.886.080
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.835.279	-1.522.835
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-355.499	-269.877
7.02.04	Outros	-212.953	-93.368
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-212.953	-93.368
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.593.900	1.901.477
7.04	Retenções	-109.929	-104.707
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-109.929	-104.707
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.483.971	1.796.770
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	66.432	94.634
7.06.02	Receitas Financeiras	66.432	94.634
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.550.403	1.891.404
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.550.403	1.891.404
7.08.01	Pessoal	135.236	136.857
7.08.01.01	Remuneração Direta	91.680	85.884
7.08.01.02	Benefícios	33.880	43.827
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.676	7.146
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.345.675	1.579.218
7.08.02.01	Federais	556.893	696.821
7.08.02.02	Estaduais	788.480	882.128
7.08.02.03	Municipais	302	269
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	169.455	208.929
7.08.03.01	Juros	157.201	197.721
7.08.03.02	Aluguéis	12.254	11.208
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-99.963	-33.600
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-99.963	-33.600

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – RGE Sul

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre 2016			9 meses 2016		
	Reclassificado		Variação	Reclassificado		Variação
	2017	(*)		2017	(*)	
Receita operacional bruta	1.426.374	1.215.250	17,4%	4.019.708	3.844.866	4,5%
Fornecimento de energia elétrica (**)	856.397	965.570	-11,3%	2.887.086	3.406.560	-15,2%
Suprimento de energia elétrica	150.664	72.474	107,9%	283.861	125.385	126,4%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	111.665	71.030	57,2%	300.347	208.175	44,3%
Outras receitas operacionais	118.234	132.144	-10,5%	453.077	411.671	10,1%
Ativo e passivo financeiro setorial	189.414	(25.968)	-829,4%	95.337	(306.925)	-131,1%
Deduções da receita operacional	(482.366)	(528.238)	-8,7%	(1.563.416)	(1.733.874)	-9,8%
Receita operacional líquida	944.008	687.012	37,4%	2.456.292	2.110.992	16,4%
Custo com energia elétrica	(693.671)	(461.297)	50,4%	(1.653.362)	(1.378.059)	20,0%
Energia comprada para revenda	(607.365)	(399.501)	52,0%	(1.488.231)	(1.180.052)	26,1%
Encargo de uso do sist transm distrib	(86.305)	(61.796)	39,7%	(165.130)	(198.007)	-16,6%
Despesa operacional	(364.195)	(224.788)	62,0%	(852.194)	(659.013)	29,3%
Pessoal	(35.978)	(38.973)	-7,7%	(117.260)	(117.564)	-0,3%
Entidade de previdência privada	(2.466)	(2.145)	15,0%	(7.377)	(4.354)	69,4%
Material	(7.247)	(7.640)	-5,1%	(23.038)	(26.542)	-13,2%
Serviço de terceiros	(30.921)	(30.402)	1,7%	(93.154)	(89.330)	4,3%
Depreciação/amortização	(36.817)	(35.353)	4,1%	(109.050)	(83.404)	30,7%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(111.665)	(71.030)	57,2%	(300.347)	(208.175)	44,3%
Outros	(139.101)	(39.245)	254,4%	(201.968)	(129.645)	55,8%
Resultado do serviço	(113.858)	927	-12386,3%	(49.264)	73.920	-166,6%
Resultado financeiro	(33.701)	(37.459)	-10,0%	(93.521)	(102.220)	-8,5%
Receitas financeiras	15.831	25.498	-37,9%	62.322	92.692	-32,8%
Despesas financeiras	(49.532)	(62.957)	-21,3%	(155.843)	(194.912)	-20,0%
Resultado antes dos tributos	(147.559)	(36.533)	303,9%	(142.785)	(28.300)	404,5%
Contribuição social	12.802	3.111	311,5%	11.350	4.236	167,9%
Imposto de renda	35.534	8.700	308,4%	31.472	11.768	167,4%
Resultado Líquido do Período	(99.222)	(24.722)	301,4%	(99.963)	(12.296)	712,9%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	(99.222)	(24.722)	301,4%	(99.963)	(12.296)	712,9%
EBITDA	(77.041)	36.280	-312,3%	59.786	157.323	-62,0%

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa nº 2.6

(**) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizado a reclassificação de receita pela disponibilidade da rede elétrica ao consumido cativo - TUSD - (nota 23)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2017 foi de R\$ 1.426.374, apresentando aumento de 17,4% (R\$ 211.124) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.314.709, apresentando aumento de 14,9% (R\$ 170.489) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 11,3% (R\$ 109.173), principalmente pelas reduções de: (i) 5,8% na tarifa média decorrente principalmente do reajuste tarifário de abril de 2017 de -6,43% (ii) 8,2% no volume de energia vendida, compensado pelo impacto de 3,6% pela aplicação da bandeira tarifária vermelha e amarela no trimestre de 2017 e verde no trimestre de 2016.
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 107,9% (R\$ 78.190), principalmente pelo PLD em 2017, superior em relação ao mesmo período de 2016, compensados pela redução do volume de energia elétrica comercializada no curto prazo.
- iii. **Outras receitas operacionais:** redução de 10,5% (R\$ 13.910) basicamente pelas reduções em: (i) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 20.790); (ii) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 2.571) em função principalmente do reajuste tarifário negativo de abril de 2017 (-8,11%), compensados pelo aumento em: (iii) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 8.567).
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** receita de R\$ 189.414 neste trimestre e despesa de R\$ 25.968 no mesmo período do ano anterior, totalizando uma variação de 829,4% (R\$ 215.382), basicamente: (i)

Comentário do Desempenho

amortização dos ativos e passivos homologados e (ii) diferimento do custo de energia, compensado pelo diferimento de sobrecontratação e Encargos de Serviços de Sistema.

Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2017, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, teve queda de 7,5% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior, movimento deve-se principalmente ao efeito da migração de clientes para o mercado livre.

O consumo da classe residencial, que representa 40,9% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou queda de 0,7% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, apesar da massa de renda Brasil. O resultado reflete em parte o efeito de temperaturas menores registradas no terceiro trimestre de 2016, o que enseja maior utilização de aquecedores.

A classe comercial, que representa 16,5% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou queda de 4,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o efeito da migração de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 15,6% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 31,6% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é consequência direta do fraco resultado da atividade industrial do Brasil, em conjunto com o efeito de migrações de clientes para mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 27,0% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 0,5% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete principalmente o desempenho da classe Rural que teve queda de 2,2%.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de 0,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta queda na classe residencial de 0,7%, crescimento de 2,3% na classe comercial e queda na classe industrial de 0,7%. As demais classes de consumo apresentaram queda de 6,4%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2017 foram de R\$ 482.366 apresentando redução de 8,7% (R\$ 45.872) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelas reduções: (i) ICMS (R\$ 31.364); (ii) CDE (R\$ 17.942), (iii) PIS e COFINS (R\$ 24.878), compensados parcialmente pelos aumentos em: (iv) bandeiras tarifárias (R\$ 26.375) e (v) Programa de P&D e Eficiência Energética (R\$ 2.356).

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2017 o custo com energia elétrica foi de R\$ 693.671 apresentando um aumento de 50,4% (R\$ 232.374) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

i. Energia comprada para revenda

O custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 607.365 apresentando aumento de 52,0% (R\$ 207.864) em função: (i) aumento de 67,1% no preço médio, justificado principalmente pela elevação do preço de liquidação de diferenças ("PLD"), bem como pelo aumento no preço médio das compras de Itaipu em função da variação do dólar, (ii) aumento da energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais de 71,2%, compensados por: (iii) redução de PROINFA de 13,6%. O custo de energia ainda foi impactado no trimestre pelo crédito de PIS e COFINS.

ii. Encargos do uso do sistema de distribuição

Os encargos de uso do sistema de distribuição foram de R\$ 86.305, apresentando um aumento de 39,7% (R\$ 24.509), impactado principalmente pelo: (i) encargos de rede básica (R\$ 46.966), (ii) encargos de transporte de Itaipu (R\$ 8.429), compensados parcialmente por: (iii) encargos de serviço do sistema ESS (R\$ 27.778) e encargos de energia de reserva ERR (R\$ 1.040) e (iv) créditos de PIS e COFINS (R\$ 2.312).

Custo e despesa operacional

Comentário do Desempenho

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 364.195 no 3º trimestre de 2017, apresentando um aumento de 62,0% (R\$ 139.407) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 252.530, apresentando aumento de 64,2% (R\$ 98.772).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 215.713 neste trimestre, um aumento de 82,1% (R\$ 97.308) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** redução de 7,7% (R\$ 2.995), principalmente em: (i) PLR (R\$ 1.246), (ii) salários (R\$ 1.199) e (iii) horas extras (R\$ 734).
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 15,0% (R\$ 321), pelos registros dos impactos do laudo atuarial do período 2017.
- iii. **Material:** redução de 5,1% (R\$ 393), principalmente em: (i) ferramentas e equipamentos (R\$ 461), (ii) uniformes e equipamentos (R\$ 365), (iii) materiais diversos (R\$ 289), (iv) manutenção de linhas e redes (R\$ 171); compensados parcialmente pelo: (v) manutenção de frota (R\$ 538) e (vi) transferência para ordem em curso (R\$ 325).
- iv. **Serviços de terceiros:** aumento de 1,7% (R\$ 519), principalmente em: (i) serviços terceirizados (R\$ 2.926); compensados pela redução em: (ii) manutenção de hardware/software (R\$ 711), (iii) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 558); (iv) despesas com viagens (R\$ 466); (v) serviços jurídicos (R\$ 395); (vi) serviços de limpeza e conservação (R\$ 337).
- v. **Outros:** aumento de 254,4% (R\$ 99.856), principalmente em: (i) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 50.233), (ii) perdas na alienação, desativação e outros de ativos não circulantes (R\$ 58.409), compensados parcialmente por: (iii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 8.673).

Amortização

Aumento de despesa de amortização de 4,1% (R\$ 1.464), basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 33.701, uma redução de 10,0% (R\$ 3.758) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** redução de 37,9% (R\$ 9.667), principalmente em: (i) rendimento de aplicação financeiras (R\$ 5.935), (ii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 2.671), (iii) atualização monetárias e cambiais (R\$ 2.545), (iv) PIS e COFINS (R\$ 2.151); compensados pela (v) atualizações de ativo financeiro setorial (R\$ 3.550).

Comentário do Desempenho

- ii. **Despesas financeiras:** redução de 21,3% (R\$ 13.425), principalmente pelas reduções em: (i) comissões, encargos e tarifas bancárias (R\$ 24.953) e (ii) outras despesas financeiras (R\$ 3.541) compensados pelo aumento de: (iii) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 9.183) e (iv) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 5.458).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foram de R\$ 48.336, apresentando um aumento de 330,3% (R\$ 36.525) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um prejuízo líquido de R\$ 99.222, com redução de R\$ 301,4% (R\$ 74.500), em relação ao prejuízo apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi negativo em R\$ 77.041, apresentando uma redução de 312,3% (R\$ 113.321) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	86.419	145.925
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	543.857	641.108
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	15.236	4.443
Outros tributos a compensar	7	13.958	13.396
Estoques		12.112	12.755
Outros créditos	11	85.611	67.621
Total do circulante		757.193	885.248
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	115.941	117.908
Depósitos judiciais	19	63.674	49.051
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	671	671
Outros tributos a compensar	7	28.400	20.099
Créditos fiscais diferidos	9	248.784	207.525
Ativo financeiro setorial	8	58.647	-
Ativo financeiro da concessão	10	1.132.754	1.019.658
Outros créditos	11	24.959	21.109
Imobilizado		21.682	25.063
Intangível	12	1.425.209	1.449.230
Total do não circulante		3.120.721	2.910.314
Total do ativo		3.877.914	3.795.562

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	13	556.247	442.112
Empréstimos e financiamentos	14	19.218	19.848
Debêntures	15	48.674	27.447
Taxas regulamentares	17	59.811	51.825
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	53.759	81.963
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	92.789	53.729
Obrigações estimadas com pessoal		28.172	30.063
Passivo financeiro setorial	8	111.270	95.629
Outras contas a pagar	20	80.855	60.376
Total do circulante		1.050.796	862.992
Não circulante			
Fornecedores	13	126.394	129.148
Empréstimos e financiamentos	14	33.576	47.180
Debêntures	15	1.090.342	1.086.373
Entidade de previdência privada	16	77.700	74.830
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	21.107	26.814
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	81.979	32.990
Passivo financeiro setorial	8	-	33.449
Outras contas a pagar	20	74.353	80.156
Total do não circulante		1.505.451	1.510.940
Patrimônio líquido			
	21		
Capital Social		1.386.558	1.386.558
Reserva de capital		3.564	3.564
Reservas de lucros		96.003	96.003
Ações em tesouraria		(8.056)	(8.056)
Prejuízos acumulados		(99.963)	-
Resultado abrangente acumulado		(56.439)	(56.439)
Total do patrimônio líquido		1.321.667	1.421.630
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.877.914	3.795.562

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2017		2016 (Reclassificado*)	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	23	944.008	2.456.292	687.012	2.110.992
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(693.671)	(1.653.362)	(461.297)	(1.378.059)
Custo de operação	25	(88.642)	(262.720)	(77.020)	(243.427)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(111.665)	(300.347)	(71.030)	(208.175)
Lucro operacional bruto		50.030	239.863	77.665	281.332
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(21.332)	(59.562)	(31.491)	(95.359)
Despesas gerais e administrativas		(135.449)	(208.243)	(38.146)	(112.053)
Outras despesas operacionais		(7.107)	(21.322)	(7.101)	(21.303)
Resultado do serviço		(113.858)	(49.264)	927	52.616
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		15.831	62.322	25.498	92.692
Despesas financeiras		(49.532)	(155.843)	(62.957)	(194.912)
		(33.701)	(93.521)	(37.459)	(102.220)
Prejuízo antes dos tributos		(147.559)	(142.785)	(36.533)	(49.604)
Contribuição social	9	12.802	11.350	3.111	4.236
Imposto de renda	9	35.534	31.472	8.700	11.768
		48.336	42.822	11.811	16.004
Prejuízo líquido do período		(99.223)	(99.963)	(24.722)	(33.600)
Prejuízo líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	(188,48)	(189,88)	(63,34)	(86,08)
Prejuízo líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	(188,48)	(189,88)	(63,34)	(86,08)

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	2017		2016	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Prejuízo líquido do período	(99.223)	(99.963)	(24.722)	(33.600)
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	(30.097)
Resultado abrangente do período	<u>(99.223)</u>	<u>(99.963)</u>	<u>(24.722)</u>	<u>(63.697)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Remuneração de bens e direitos	Legal	Obrigatória do dividendo não distribuído	Ações em tesouraria		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.386.558	1.089	2.475	59.302	36.701	(8.056)	(56.439)	1.421.630
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	(99.963)
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	(99.963)
Saldo em 30 de setembro de 2017	1.386.558	1.089	2.475	59.302	36.701	(8.056)	(56.439)	1.321.667

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Prejuízos acumulados	Total	
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Remuneração de bens e direitos	Legal	Estatutária	A realizar	Obrigatória do dividendo não distribuído			Ações em tesouraria
Saldo em 31 de dezembro de 2015	463.235	1.089	2.475	2.197	201.138	64.536	172.796	(8.056)	(23.950)	934.762
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.600)
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.600)
Outros resultados abrangentes: ganho (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.098)	-
Transações de capital com os acionistas	923.323	-	-	-	-	-	-	-	-	923.323
Aumento de capital	-	-	-	33	-	-	-	-	-	33
Remuneração com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2016	1.386.558	1.089	2.475	2.230	201.138	64.536	172.796	(8.056)	(54.048)	1.794.420

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	30/09/2017	30/09/2016 Reclassificado (*)
Prejuízo antes dos tributos	(142.785)	(49.604)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	109.050	104.707
Atualização do ativo financeiro da concessão	52.381	(46.274)
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	78.038	32.153
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.077	57.111
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	138.827	171.131
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-	(19.063)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	7.377	4.354
Ações e opções de ações outorgadas	-	48
Perda (ganho) na baixa de não circulante	20.769	14.988
	285.734	269.551
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	77.442	11.713
Tributos a compensar	(5.135)	2.530
Almoxarifado	643	(496)
Depósitos judiciais	(12.270)	(14.658)
Ativo financeiro setorial	(41.312)	327.844
Contas a receber - Eletrobrás	(21.609)	374
Outros ativos operacionais	430	14.698
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	114.975	(128.686)
Outras obrigações com entidades de previdência privada	(4.475)	(8.414)
Passivo financeiro setorial	(53.453)	73.303
Outros tributos e contribuições sociais	(30.818)	(26.703)
Taxas regulamentares	7.986	(43.805)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	(13.168)	(20.124)
Contas a pagar CDE	-	(25.872)
Outros passivos operacionais	8.481	20.145
Caixa líquido gerado pelas operações	313.451	451.400
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.521)	(8.129)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(80.711)	(192.986)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	218.219	250.285
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-	(14.663)
Aplicações e resgates de investimentos de curto prazo	-	(55.666)
Adições de intangível	(267.895)	(188.617)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(267.895)	(258.946)
Atividades de financiamento		
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(9.830)	(261.624)
Dividendos	-	295.455
Outros	-	(33.318)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(9.830)	513
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(59.506)	(8.148)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	145.925	22.302
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	86.419	14.154

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	9 meses de 2017	9 meses de 2016 Reclassificado (*)
1 - Receita	3.997.631	3.787.557
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.719.361	3.636.691
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	300.347	208.175
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.077)	(57.309)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.403.731)	(1.886.080)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.835.279)	(1.522.835)
2.2 Material	(165.430)	(114.995)
2.3 Serviços de terceiros	(190.069)	(154.882)
2.4 Outros	(212.953)	(93.368)
3 - Valor adicionado bruto (1 + 2)	1.593.900	1.901.477
4 - Retenções		
4.1 Amortização	(109.929)	(104.707)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3 + 4)	1.483.971	1.796.770
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
6.1 Receitas financeiras	66.432	94.634
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5 + 6)	1.550.403	1.891.404
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e Encargos	135.236	136.857
8.1.1 Remuneração direta	81.682	85.884
8.1.2 Benefícios	43.878	43.827
8.1.3 F.G.T.S.	9.676	7.146
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.345.675	1.579.218
8.2.1 Federais	556.893	696.821
8.2.2 Estaduais	788.480	882.128
8.2.3 Municipais	302	269
8.3 Remuneração de capital de terceiros	169.455	208.929
8.3.1 Juros	157.201	197.721
8.3.2 Aluguéis	12.254	11.208
8.4 Remuneração de capital de próprio	(99.963)	(33.600)
8.4.1 Prejuízos retidos	(99.963)	(33.600)
	1.550.403	1.891.404

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE Sul" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 118 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Santa Maria, atendendo a aproximadamente 1,3 milhões de consumidores (informações não examinadas pelos auditores independentes).

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 06 de novembro de 2017.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e iii) ativos financeiros disponíveis

Notas Explicativas

para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo);
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados); e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações

Notas Explicativas

contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Reclassificações nas informações contábeis intermediárias do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016

A Administração da Companhia efetuou reclassificações na demonstração do resultado, demonstração de valor adicionado e demonstração do fluxo de caixa para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, para refletir a apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias no período corrente.

As reclassificações realizadas, com base nas orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, encontram-se descritas a seguir:

- a. Reclassificação para adequação do agrupamento e nomenclatura das classes contábeis à estrutura apresentada pela sua controladora;
- b. Reclassificação para apresentação das despesas de acordo com a sua função, na demonstração do resultado do exercício;
- c. Reclassificação para apresentação do caixa gerado nas atividades operacionais a partir do prejuízo antes dos impostos, na demonstração do fluxo de caixa;
- d. Reclassificação dos encargos regulamentares da concessão para o grupo 1 - Receitas em função da estrutura tarifária, na demonstração do valor adicionado.

As reclassificações não alteraram os saldos do balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração da mutação do patrimônio líquido.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO**

9 meses findos em 30 de setembro de 2016

	Saldo originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Saldo reclassificado
Receita operacional líquida	2.110.992		-	2.110.992
Custo do serviço de energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(1.135.283)	a	(242.776)	(1.378.059)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	(44.769)	a	44.769	-
Encargos do uso do sistema de transmissão	(198.007)	a	198.007	-
Custos de operação	-	b	(243.427)	(243.427)
Custo do serviço prestado a terceiros	-	b	(208.175)	(208.175)
Despesas com vendas	-	b	(95.359)	(95.359)
Despesas gerais e administrativas	-	b	(112.053)	(112.053)
Outras despesas operacionais	-	b	(21.303)	(21.303)
Pessoal e administradores	(127.692)	b	127.692	-
Entidade de previdência privada	(4.399)	b	4.399	-
Serviços de terceiros	(91.936)	b	91.936	-
Material	(16.370)	b	16.370	-
Custo de construção	(208.175)	b	208.175	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	(57.309)	b	57.309	-
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(28.132)	b	28.132	-
Depreciação e amortização	(104.707)	b	104.707	-
Outros custos	(41.597)	b	41.597	-
Total dos custos operacionais	(2.058.376)		-	(2.058.376)
Resultado do serviço	52.616		-	52.616
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	92.692		-	92.692
Despesas financeiras	(205.345)	a	10.433	(194.912)
Variações cambiais, líquidas	10.433	a	(10.433)	-
	(102.220)		-	(102.220)
Prejuízo antes dos tributos	(49.604)		-	(49.604)
Contribuição social	-	a	4.236	4.236
Imposto de renda	-	a	11.768	11.768
Contribuição social diferida	11.768	a	(11.768)	-
Imposto de renda diferido	4.236	a	(4.236)	-
	16.004		-	16.004
Prejuízo líquido do período	(33.600)		-	(33.600)

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

9 meses findos em 30 de setembro de 2016

	Saldo originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Saldo reclassificado
1. RECEITAS	3.786.495	a / d	1.062	3.787.557
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.846.550)	a	(39.530)	(1.886.080)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	1.939.945		(38.468)	1.901.477
4. RETENÇÕES	(104.707)		-	(104.707)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.835.238		(38.468)	1.796.770
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	92.692	a	1.942	94.634
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>1.927.930</u>		<u>(36.526)</u>	<u>1.891.404</u>
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>1.927.930</u>		<u>(36.526)</u>	<u>1.891.404</u>
Empregados (Colaboradores)	147.031	a	(10.174)	136.857
Tributos (Governo)	1.602.610		(23.392)	1.579.218
Federais	719.692	a	(22.871)	696.821
Estaduais	882.649		(521)	882.128
Municipais	269		-	269
Remuneração de capital de terceiros	211.889	a	(2.960)	208.929
Remuneração de capital próprio	(33.600)		-	(33.600)

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	9 meses findos em 30 de setembro de 2016			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
Atividades operacionais:				
Resultado líquido do período	(33.600)	c	33.600	-
Prejuízo antes dos impostos	-	c	(49.604)	(49.604)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	104.707		-	104.707
Variações monetárias e cambiais	998	a	(998)	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(46.274)		-	(46.274)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	57.111		-	57.111
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	32.153		-	32.153
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	170.133	a	998	171.131
Fundo de pensão - Deliberação CVM 695	4.354		-	4.354
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo	(19.063)		-	(19.063)
Baixa de ativo financeiro, intangível de concessão e imobilizado	14.988		-	14.988
Tributos e contribuições sociais diferidos	(16.004)	a	16.004	-
Ações e opções de ações outorgadas	48		-	48
Variações nos ativos e passivos:				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	27.057	a	(15.344)	11.713
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	2.545	a	(2.545)	-
Outros tributos compensáveis	(15)	a	2.545	2.530
Almoxarifado	(496)		-	(496)
Depósitos judiciais		a	(14.658)	(14.658)
Contas a receber - acordos	(10.163)	a	10.163	-
Despesas pagas antecipadamente	575	a	(575)	-
Contas a receber - Eletrobrás	-	a	374	374
Outros créditos	(5.342)	a	20.040	14.698
Ativo financeiro setorial, líquido	401.147		-	401.147
Fornecedores	(128.686)		-	(128.686)
Outras obrigações com entidades de previdência privada		a	(8.414)	(8.414)
Outros tributos a pagar	(26.703)	a	-	(26.703)
Pagamento de processos judiciais e outros	(20.124)		-	(20.124)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.484	a	(2.484)	-
Encargos setoriais	(64.873)	a	21.068	(43.805)
Contas a pagar CDE		a	(25.872)	(25.872)
Outras obrigações	(6.689)	a	26.835	20.146
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	19.546	a	(19.546)	-
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(8.414)	a	8.414	-
Caixa gerado nas atividades operacionais	451.400		-	451.400
Juros pagos (encargos de dívidas)	(192.986)		-	(192.986)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(8.129)	a	-	(8.129)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	250.285		-	250.285
Atividades de investimentos:				
Adições para ativos financeiros e intangíveis da concessão	(218.081)	a	29.464	(188.617)
Consumidores - Participação financeira	29.464	a	(29.464)	-
Aplicações em investimento de curto prazo	(2.201.919)	a	2.201.919	-
Resgates de investimento de curto prazo	2.146.253	a	(2.146.253)	-
Aplicações e resgates de investimentos de curto prazo	-	a	(55.666)	(55.666)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(14.663)	a	-	(14.663)
Caixa líquido usado das atividades de investimentos	(258.946)		-	(258.946)
Atividades de financiamentos:				
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	295.455		-	295.455
Pagamento de empréstimos - principal	(261.624)		-	(261.624)
Custo de empréstimos	(27.820)	a	27.820	-
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(5.498)	a	5.498	-
Outros	-	a	(33.318)	(33.318)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	513		-	513
Varição no caixa líquido da Companhia	(8.148)		-	(8.148)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	22.302		-	22.302
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	14.154		-	14.154

Notas Explicativas

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

Notas Explicativas

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2017	31/12/2016
Saldos bancários	40.681	25.717
Aplicações financeiras	45.738	120.208
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	12.036
Certificado de depósito bancário (b)	13.519	27.847
Fundos de investimento (c)	32.219	80.325
Total	86.419	145.925

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,9% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 101,9 % do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos			Total	
	vincendos	Vencidos até 90 dias	> 90 dias	30/09/2017	31/12/2016
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	85.868	52.485	5.882	144.235	159.090
Industrial	10.063	6.301	5.776	22.140	30.227
Comercial	26.846	10.688	7.356	44.890	54.859
Rural	6.663	2.777	3.933	13.373	35.417
Poder público	8.933	2.931	1.001	12.865	15.621
Iluminação pública	4.882	1.288	-	6.170	8.600
Precatórios	1.927	-	-	1.927	4.709
Serviço público	9.352	38	-	9.390	9.549
Faturado	154.534	76.508	23.948	254.990	318.072
Não faturado	120.968	-	-	120.968	198.704
Parcelamento de débito de consumidores	28.922	3.810	6.958	39.690	39.412
Operações realizadas na CCEE	146.269	-	3.020	149.289	113.785
Exposição decorrente de preços entre submercados	-	-	437.800	437.800	437.800
Provisão para perda com créditos decorrentes de preços entre submercados	-	-	(437.800)	(437.800)	(437.800)
Concessionárias e permissionárias	3.414	841	-	4.255	3.311
Outros	8.952	4.265	1.325	14.542	12.280
	463.059	85.424	35.251	583.734	685.564
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(39.877)	(44.456)
Total				543.857	641.108
Não circulante					
Precatórios	65.840	-	-	65.840	90.704
Parcelamento de débito de consumidores	64.257	-	-	64.257	54.704
Outros	179	-	-	179	110
	130.276	-	-	130.276	145.518
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(14.335)	(27.610)
Total				115.941	117.908

Notas Explicativas

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2016	(72.066)	(15.495)	(87.561)
Provisão revertida (constituída) liquida	(22.077)	-	(22.077)
Baixa de contas a receber provisionadas	39.931	-	39.931
Saldo em 30/09/2017	(54.212)	(15.495)	(69.707)
Circulante	(39.877)	(15.495)	(55.372)
Não circulante	(14.335)	-	(14.335)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico e probabilidade de inadimplência e segue os seguintes critérios:

Classe	Vencidos acima de:
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias
Faturas diversas	180 dias
Parcelamento de débitos	90 dias. Em caso de atraso de uma parcela, todo o saldo é provisionado.

Notas Explicativas**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.916	590
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	10.606	1.590
Imposto de renda e contribuição social a compensar	714	2.263
Imposto de renda e contribuição social a compensar	<u>15.236</u>	<u>4.443</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	884	5.245
ICMS a compensar	12.672	7.959
Outros	403	192
Outros tributos a compensar	<u>13.958</u>	<u>13.396</u>
Total circulante	<u><u>29.194</u></u>	<u><u>17.839</u></u>
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	671	671
Imposto de renda e contribuição social a compensar	<u>671</u>	<u>671</u>
ICMS a compensar	24.204	16.076
PIS e COFINS a compensar	4.196	4.023
Outros tributos a compensar	<u>28.400</u>	<u>20.099</u>
Total não circulante	<u><u>29.071</u></u>	<u><u>20.770</u></u>

Notas Explicativas**(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL**

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em	Receita operacional		Resultado	Recebimento	Saldo em
	31/12/2016	Constituição	Realização	financeiro	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	30/09/2017
	Total			Atualização monetária		Total
Parcela "A"						
CVA (*)						
CDE (**)	(16.089)	(49.977)	(315)	(2.950)	-	(69.331)
Custos energia elétrica	(148.887)	179.235	119.676	(12.399)	(386)	137.239
ESS e EER (***)	(100.514)	(75.036)	54.628	(6.886)	(64)	(127.872)
Proinfa	1.123	(2.766)	(22)	(116)	-	(1.780)
Rede básica	11.366	(13.277)	(6.373)	411	-	(7.874)
Repasse de Itaipu	106.395	63.364	(91.674)	(1.076)	-	77.009
Transporte de Itaipu	2.669	(2.355)	(1.768)	83	-	(1.371)
Neutralidade dos encargos setoriais	69.679	8.545	(29.927)	143	-	48.441
Sobrecontratação	2.952	(61.814)	(37.833)	2.715	(123)	(94.103)
Outros componentes financeiros	(57.772)	(1.913)	44.939	1.764	-	(12.981)
Total	(129.078)	44.006	51.330	(18.310)	(573)	(52.624)
Ativo não circulante	-					58.647
Passivo circulante	(95.629)					(111.270)
Passivo não circulante	(33.449)					-

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargos de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS**9.1- Composição dos créditos fiscais:**

	30/09/2017	31/12/2016
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	43.318	42.564
Diferenças temporariamente indedutíveis	22.536	12.369
Subtotal	65.854	54.933
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	120.330	118.235
Diferenças temporariamente indedutíveis	62.601	34.357
Subtotal	182.930	152.592
Total	248.784	207.525

Notas Explicativas

9.2 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	30/09/2017		31/12/2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15.961	44.335	8.863	24.620
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.273	17.426	7.881	21.890
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	569	1.580	611	1.698
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(8.299)	(23.052)	(13.013)	(36.147)
Perdas atuariais (CPC)	(703)	(1.954)	(962)	(2.671)
Outros	1.039	2.887	1.293	3.589
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	7.696	21.378	7.696	21.378
Total	22.536	62.601	12.369	34.357

9.3 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016:

	CSLL			
	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Prejuízo antes dos tributos	(147.559)	(142.785)	(36.533)	(49.604)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	5.132	20.433	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	184	1.003	1.780	2.627
Base de cálculo	(142.243)	(121.349)	(34.753)	(46.977)
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Crédito fiscal apurado	12.802	10.921	3.128	4.228
Ajustes de bases anteriores - outros	-	429	(17)	8
Total	12.802	11.350	3.111	4.236
Corrente	235	429	-	-
Diferido	12.567	10.921	3.111	4.236

	IRPJ			
	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Prejuízo antes dos tributos	(147.559)	(142.785)	(36.533)	(49.604)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	5.132	20.433	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	184	1.003	1.780	2.627
Base de cálculo	(142.243)	(121.349)	(34.753)	(46.977)
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Crédito fiscal apurado	35.561	30.337	8.688	11.744
Incentivos fiscais - (PAT/Rouanet)	(16)	-	-	-
Ajustes de bases anteriores - outros	(11)	1.134	12	24
Total	35.534	31.472	8.700	11.768
Corrente	626	1.134	-	-
Diferido	34.908	30.338	8.700	11.768

Notas Explicativas**(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

Saldo em 31/12/2016	1.019.658
Adições	172.253
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	(52.381)
Baixas	(6.776)
Saldo em 30/09/2017	1.132.754

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita e despesa operacional (nota 23 e 25).

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Cauções, fundos e depósitos vinculados	1.006	1.386	-	-
Convênios de arrecadação	495	456	-	-
Ressarcimento de geradoras	-	7.611	-	-
Contas a receber - Eletrobrás	67.561	45.952	-	-
Adiantamento a funcionários	3.376	1.318	-	-
Arrendamento, aluguéis de postes e outras receitas	18.357	17.464	-	-
Despesas antecipadas	7.735	7.105	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(15.495)	(15.495)	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	24.959	21.109
Outros	2.576	1.824	-	-
Total	85.611	67.621	24.959	21.109

Contas a receber – Eletrobrás: Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.974 (R\$ 3.429 em 31 de dezembro de 2016); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 64.487 (R\$ 42.523 em 31 de dezembro de 2016) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 100 (nota 23).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber – Eletrobrás no valor de R\$ 98.566 (nota 23.3).

Notas Explicativas**(12) INTANGÍVEL**

	Direito de concessão				Total
	Adquirido em combinações de negócio (*)	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2016	307.981	984.694	135.715	20.840	1.449.230
Custo histórico	802.164	1.297.163	135.715	25.357	2.260.399
Amortização acumulada	(494.183)	(312.469)	-	(4.517)	(811.169)
Adições	-	-	264.012	2.354	266.366
Amortização	(21.321)	(82.686)	-	(804)	(104.811)
Transferência - intangíveis	-	120.207	(120.207)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	(172.253)	-	(172.253)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(12.785)	(538)	-	(13.323)
Saldo em 30/09/2017	286.660	1.009.430	106.729	22.390	1.425.209
Custo histórico	802.164	1.404.584	106.729	27.711	2.341.188
Amortização acumulada	(515.504)	(395.154)	-	(5.321)	(915.979)

(*) Refere-se ao ágio decorrente da incorporação da controladora AES Guaíba Empreendimentos Ltda. A amortização deste ágio é efetuada pelo método linear conforme revisão do CPC 04 – Ativo Intangível.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foram capitalizados R\$ 2.463 a uma taxa de 11,97% a.a (R\$ 3.225 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) a uma taxa média de 11,97% a.a. (nota 26).

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

(13) FORNECEDORES

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço de sistema	-	21.219
Suprimento de energia elétrica	464.116	330.081
Encargos de uso da rede elétrica	40.533	24.343
Materiais e serviços	51.598	66.469
Total	<u>556.247</u>	<u>442.112</u>
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica (*)	126.394	129.148
Total	<u>126.394</u>	<u>129.148</u>

(*) Refere-se à comercialização de energia no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculados ao processo de exposição decorrente de preços entre submercados, conforme divulgado na nota nº 32 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 não houveram mudanças significativas no referido processo.

Notas Explicativas

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2017		31/12/2016					
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
				Encargos	Principal	Principal	Encargos	Principal	Principal		
Mensuradas ao custo											
Moeda nacional											
Outros											
Eletrobrás - Luz para todos 0	Pré fixado 5%	120 parcelas mensais a partir de julho de 2007	Recebíveis	-	-	-	-	94	-		
Eletrobrás - Luz para todos	Pré fixado 5%	parcelas mensais a partir de dezembro de 2008 a março de 2023	Fiança bancária	-	6.882	13.809	-	7.751	21.096		
FINEP - 02.11.0364-00	Pré fixado 5%	81 parcelas mensais a partir de setembro de 2013	Fiança bancária	12	2.265	3.776	16	2.539	5.768		
FINEP - 02.13.0257-00	TJLP	73 parcelas mensais a partir de maio de 2016	Fiança bancária	11	1.010	3.702	20	1.730	6.896		
Arrendamento Mercantil	14%	130 meses a partir de dezembro 2015	-		9.037	12.289	-	9.179	16.585		
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				24	19.194	33.576	36	21.293	50.345		
Subvenção governamental				-	-	-		(1.481)	(3.165)		
Total				24	19.194	33.576	36	19.812	47.180		

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/10/2018	2.512
2019	12.779
2020	10.689
2021	6.092
2022	1.387
2023	117
Total	33.576

(15) DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2017		31/12/2016					
						Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
						Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal		
4ª Emissão													
4ª Emissão - Série Única - AESL14	110.000	114,50% do CDI	16,77%	02 Parcelas anuais a partir de outubro de 2019	Fiança da CPFL Energia	53.850	1.100.000	32.058	1.100.000				
Gastos com emissão (*)						(5.176)	(9.658)	(4.611)	(13.627)				
Total						48.674	1.090.342	27.447	1.086.373				

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2019	540.342
2020	550.000
Total	1.090.342

Notas Explicativas

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora indireta CPFL Energia S.A.) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. A Administração da Companhia e da controladora CPFL Energia monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme os últimos períodos de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

16.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2016	74.830
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	7.377
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(4.507)
Passivo atuarial líquido em 30/09/2017	<u>77.700</u>

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>9 meses de 2017</u>	<u>9 meses de 2016</u>
Custo do serviço	1.615	(951)
Juros sobre obrigações atuariais	38.195	(33.871)
Rendimento esperado dos ativos do plano	(32.434)	30.423
Total da despesa (receita)	<u>7.377</u>	<u>(4.399)</u>

Notas Explicativas

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2016, foram:

	<u>31/12/2016</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,29% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,0% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima)	5,0% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light Média
Taxa de rotatividade esperada	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria	100% um ano após a primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	262	245
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	36.863	44.102
Bandeiras tarifárias	22.686	7.478
Total	<u>59.811</u>	<u>51.825</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE: Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2017 no montante de R\$ 17.582 (R\$ 21.665 em 31 de dezembro de 2016), (ii) quota destinada à devolução do aporte CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 7.389 (R\$ 6.952 em 31 de dezembro de 2016) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 11.892 (R\$ 15.485 em 31 de dezembro de 2016). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – Eletrobrás (nota 11) no montante de R\$ 98.566.

Bandeiras tarifárias: Refere-se ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”).

Notas Explicativas**(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	29.126	37.915
Programa de integração social - PIS	1.503	5.925
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.993	21.399
PIS/COFINS parcelamento	10.195	9.507
Outros impostos taxas e contribuições a recolher	5.942	7.217
Total Circulante	<u>53.759</u>	<u>81.963</u>
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS parcelamento	21.107	26.814
Total Não circulante	<u>21.107</u>	<u>26.814</u>

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/09/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	Depósitos judiciais
Trabalhistas	64.716	44.181	28.148	29.942
Cíveis	54.474	6.179	12.267	6.637
Fiscais	21.036	11.884	14.290	12.244
Regulatórios	34.046	-	31.517	-
Outros	497	1.430	497	228
Total	<u>174.768</u>	<u>63.674</u>	<u>86.719</u>	<u>49.051</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e outros, está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 30/09/2017</u>
Trabalhistas	28.148	39.796	(12.129)	(4.883)	13.783	64.716
Cíveis	12.267	49.222	(3.459)	(8.125)	4.570	54.474
Fiscais	14.290	8.949	(4.416)	-	2.213	21.036
Regulatórios	31.517	83	(10)	(160)	2.615	34.046
Outros	497	-	-	-	-	497
Total	<u>86.719</u>	<u>98.049</u>	<u>(20.013)</u>	<u>(13.168)</u>	<u>23.181</u>	<u>174.768</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estavam assim representadas:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	66.533	-	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	270.962	171.243	Danos pessoais, impactos ambientais, majoração tarifária e outros
Fiscais	67.600	20.752	Débitos fiscais de ICMS e processos administrativos e impostos fiscais
Regulatórias	33.084	16.691	Processos de fiscalização técnicas e comerciais e outros
Total	<u>438.177</u>	<u>208.686</u>	

As principais causas com perdas possíveis estão apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia recebeu o Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM - Processo Administrativo Fiscal 11080.723.733/2017-46), no qual restou apurado, pela Receita Federal do Brasil ('RFB'), débito no montante total de R\$ 38.533, decorrente de alegados descontos indevidos de créditos da apuração de PIS/PASEP e COFINS relacionados a: (i) perdas não técnicas; (ii) serviços prestados por terceiros relacionados diretamente com a atividade fim da Companhia e (iii) tarifas relacionadas a serviços de transmissão /distribuição de energia elétrica. A Companhia apresentou impugnação às pretensas infrações fiscais, instaurando-se o litígio administrativo fiscal em 13 de julho de 2017.

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Notas Explicativas**(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Consumidores e concessionárias	4.078	16.398	43.765	44.711
Programa de eficiência energética - PEE	17.579	11.148	21.700	22.972
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.716	3.597	8.854	11.834
EPE / FNDCT / PROCEL	3.072	1.280	-	-
Folha de pagamento	2.257	2.320	-	-
Convênios de arrecadação	9.903	10.507	-	-
Convênio de devolução	5.609	5.095	-	-
Descontos tarifários - CDE	23.750	1.395	-	465
Outros	5.891	8.636	34	174
Total	80.855	60.376	74.353	80.156

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está assim distribuído:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Jaguariúna Participações Ltda.	403.644	122.807	526.451	99,85
Ações em tesouraria	810	5	815	0,15
Total	404.454	122.812	527.266	100,00

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia reverteu a Reserva Estatutária no valor de R\$ 5.373 correspondente à variação da expectativa de fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão (nota 10), líquida dos efeitos tributários, tendo em vista que a constituição desta reserva é limitada ao saldo da conta lucro acumulado.

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

(22) LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO**22.1 Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído**

O cálculo o prejuízo por ação básico e diluído para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 foi baseado no prejuízo líquido de cada período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Numerador				
Prejuízo líquido do período atribuído aos acionistas controladores	(99.223)	(99.963)	(24.722)	(33.600)
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	403.644	403.644	299.411	299.411
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	122.807	122.807	90.916	90.916
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	(188,48)	(189,88)	(63,34)	(86,08)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	(188,48)	(189,88)	(63,34)	(86,08)

Notas Explicativas

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no resultado por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017		2016 - Reclassificado	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	423.639	1.436.654	460.978	1.536.691
Industrial	131.886	403.558	202.140	701.983
Comercial	171.155	598.697	192.379	687.297
Rural	63.717	288.377	62.870	296.722
Poderes públicos	32.593	105.539	35.751	113.958
Iluminação pública	19.770	59.260	20.354	62.909
Serviço público	28.515	89.611	32.772	98.749
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(6.745)	(24.300)	(7.869)	(25.911)
Fornecimento faturado	864.530	2.957.396	999.375	3.472.398
Fornecimento não faturado (líquido)	(8.133)	(70.310)	(33.805)	(65.838)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(381.348)	(1.301.810)	(438.525)	(1.508.492)
Fornecimento de energia elétrica	475.049	1.585.276	527.045	1.898.068
Outras concessionárias, permissionários e autorizadas	3.081	13.621	4.783	15.129
Energia elétrica de curto prazo	147.583	270.240	67.691	110.256
Suprimento de energia elétrica	150.664	283.861	72.474	125.385
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	381.348	1.301.810	438.525	1.508.492
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	56.142	182.303	58.713	136.168
Receita de construção da infraestrutura de concessão	111.665	300.347	71.030	208.175
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	189.414	95.337	(25.968)	(306.925)
Atualização ativo financeiro da concessão (nota 10)	(10.932)	-	9.858	46.274
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	60.653	234.484	52.086	198.807
Outras receitas e rendas	12.371	36.290	11.487	30.422
Outras receitas operacionais	800.661	2.150.571	615.731	1.821.413
Total da receita operacional bruta	1.426.374	4.019.708	1.215.250	3.844.866
Dedução da receita operacional				
ICMS	(234.479)	(788.002)	(265.843)	(881.634)
PIS	(18.393)	(59.039)	(19.448)	(64.094)
COFINS	(84.718)	(271.936)	(90.090)	(295.732)
PIS e COFINS - diferença de alíquota	5.438	(2.533)	(13.013)	(1.060)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(110.588)	(339.028)	(128.530)	(402.125)
Programa de P&D e eficiência energética	(8.362)	(21.354)	(6.006)	(18.406)
PROINFA	(3.836)	(13.476)	(4.305)	(8.550)
Bandeiras tarifárias e outros	(26.644)	(65.742)	(269)	(60.078)
Outros	(784)	(2.306)	(734)	(2.195)
	(482.366)	(1.563.416)	(528.238)	(1.733.874)
Receita operacional líquida	944.008	2.456.292	687.012	2.110.992

Notas Explicativas

Receita de operações com energia elétrica - em GWh (*)	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Classe de consumidores				
Residencial	618	2.029	622	2.028
Industrial	234	697	343	1.175
Comercial	249	849	261	916
Rural	240	1.081	245	1.063
Poderes públicos	48	153	50	156
Iluminação pública	57	168	56	168
Serviço público	52	159	55	161
Fornecimento faturado	1.498	5.136	1.632	5.667
Consumo próprio	1	2	1	2
Fornecimento de energia elétrica	1.499	5.138	1.633	5.669
Outras concessionárias, permissionários e autorizadas	12	52	-	-
Energia elétrica de curto prazo	384	858	-	-
Suprimento de energia elétrica	396	910	-	-

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Número de consumidores (*)	30/09/2017	30/09/2016
Classe de consumidores		
Residencial	1.119.902	1.107.338
Industrial	7.221	7.283
Comercial	87.160	84.442
Rural	108.285	106.680
Poderes públicos	9.035	9.122
Iluminação pública	111	111
Serviço público	1.000	997
Consumo próprio	92	150
Total	1.332.806	1.316.123

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

23.2 Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva ("EER") de Angra III

Em 13 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.218, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 18 de abril de 2017, em -0,20%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e -3,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -6,43%.

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores será negativo de -13,76% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão ficaram vigentes somente no mês de abril de 2017, no entanto, como o período de

Notas Explicativas

leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide com o mês civil, essa redução se dará na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

Em 12 de abril de 2016, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual ("RTA") de 2016 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em +3,94%, sendo -1,89% relativos ao reajuste econômico e +5,83% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2015). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de -0,34% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado ao Reajuste Tarifário Anual ("RTA") ocorrida em abril de 2015. As novas tarifas têm vigência de 19 de abril de 2016 a 18 de abril de 2017.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referentes ao aporte de CDE estão detalhados nas notas 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foi registrada receita de R\$ 234.484 (R\$ 198.807 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), sendo (i) R\$ 14.889 (R\$ 15.681 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 214.137 (R\$ 183.126 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 5.458 de desconto tarifário – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber – Eletrobrás (nota 11).

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foram homologados pela ANEEL, os meses de dezembro de 2016 a julho de 2017. A bandeira faturada e homologada nesse período foi de R\$ 50.546, deste montante R\$ 49.973 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias e R\$ 573 foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8). A bandeira tarifária dos meses de agosto e setembro de 2017, no montante de R\$ 22.686 continuam em aberto e estão registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético ("CDE")

A ANEEL, por meio das REH nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, alterada pela REH nº 2.204 de 07 de março de 2017, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2017. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH nº 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período tarifário de abril de 2017 a março de 2018.

Notas Explicativas

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2017		2016 (Reclassificado)	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	99.134	294.557	96.648	295.346
PROINFA	11.633	32.929	13.468	44.769
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	557.082	1.308.999	328.376	954.608
Crédito de PIS e COFINS	(60.484)	(148.254)	(38.991)	(114.671)
Subtotal	607.365	1.488.231	399.501	1.180.052
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	88.252	172.287	41.286	118.295
Encargos de transporte de Itaipu	11.040	16.147	2.611	7.620
Encargos de conexão	9.920	28.789	9.676	27.239
Encargos de serviço do sistema - ESS	(12.924)	(31.905)	14.854	44.884
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	1.040	21.524
Crédito de PIS e COFINS	(9.983)	(20.188)	(7.671)	(21.555)
Subtotal	86.305	165.130	61.796	198.007
Total	693.671	1.653.362	461.297	1.378.059

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - GWh (*)				
Energia de Itaipu Binacional	494	1.470	504	1.500
PROINFA	46	129	49	139
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.598	5.245	1.797	5.621
Total	2.138	6.844	2.350	7.260

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)	2017	2016 (Reclassificado)
Pessoal	26.844	20.878	-	-	7.067	8.212	2.067	9.884	-	-	35.978	38.973
Entidade de previdência privada	2.466	2.145	-	-	-	-	-	-	-	-	2.466	2.145
Material	6.562	6.885	-	-	841	946	(156)	809	-	-	7.247	7.540
Serviços de terceiros	13.523	11.544	-	-	4.869	5.279	12.529	13.579	-	-	30.921	30.402
Amortização	28.164	26.300	-	-	446	601	1.100	1.351	7.107	7.101	36.817	35.353
Custos com construção da infraestrutura	-	-	111.665	71.030	-	-	-	-	-	-	111.665	71.030
Outros	11.083	10.268	-	-	8.109	16.454	119.909	12.523	-	-	139.101	39.245
Taxa de arrecadação	2.915	2.830	-	-	-	-	-	-	-	-	2.915	2.830
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	7.557	16.230	-	-	-	-	7.557	16.230
Arrendamento e alugueis	3.981	4.029	-	-	34	197	(128)	(291)	-	-	3.887	3.935
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	(2)	-	85	-	-	-	83
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	60.312	10.079	-	-	60.312	10.079
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	-	66	-	-	-	66
Outros (*)	4.187	3.409	-	-	518	29	59.725	2.583	-	-	64.430	6.021
Total	88.642	77.020	111.665	71.030	21.332	31.491	135.449	38.146	7.107	7.101	364.195	224.788

(*) Outros é composto por ganhos e perdas na desativação e alienação de ativos; multas regulatórias e compensatórias.

Notas Explicativas

	9 meses											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesa operacional		Total			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016		
	(Reclassificado)	(Reclassificado)	(Reclassificado)	(Reclassificado)	(Reclassificado)	(Reclassificado)	(Reclassificado)	(Reclassificado)	(Reclassificado)	(Reclassificado)		
Pessoal	77.277	63.785	-	-	23.614	24.175	16.369	29.603	-	-	117.260	117.564
Entidade de previdência privada	7.377	4.354	-	-	-	-	-	-	-	-	7.377	4.354
Material	18.524	20.927	-	-	2.786	3.282	1.728	2.333	-	-	23.038	26.542
Serviços de terceiros	36.519	29.504	-	-	15.840	18.336	40.795	41.491	-	-	93.154	89.330
Amortização	82.235	77.433	-	-	1.529	1.943	3.964	4.028	21.322	21.303	109.050	104.707
Custos com construção da infraestrutura	-	-	300.347	208.175	-	-	-	-	-	-	300.347	208.175
Outros	40.788	47.425	-	-	15.793	47.623	145.387	34.698	-	-	201.968	129.645
Taxa de arrecadação	8.741	8.375	-	-	-	-	-	-	-	-	8.741	8.375
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	22.077	57.309	-	-	-	-	22.077	57.309
Arrendamento e aluguéis	12.715	11.815	-	-	(128)	288	(418)	(997)	-	-	12.169	11.107
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	678	188	-	-	678	188
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	83.732	31.297	-	-	83.732	31.297
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	36	149	-	-	36	149
Outros (*)	19.332	27.234	-	-	(6.156)	(9.974)	61.359	3.961	-	-	74.535	21.220
Total	262.720	243.427	300.347	208.175	59.562	95.359	208.243	112.053	21.322	21.303	852.194	680.317

(*) Outros é composto por ganhos e perdas na desativação e alienação de ativos; multas regulatórias e compensatórias.

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2017		Reclassificado - 2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	2.966	12.741	8.901	19.640
Acréscimos e multas moratórias	11.528	42.586	14.199	43.879
Atualização de depósitos judiciais	791	2.354	4	232
Atualizações monetárias e cambiais	(435)	365	2.110	12.143
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	-	-	(3.550)	7.686
Outros	981	4.276	3.834	9.112
Total	15.831	62.322	25.498	92.692
Despesas				
Encargos de dívidas	(31.693)	(108.757)	(56.646)	(175.450)
Atualizações monetárias e cambiais	(9.631)	(17.631)	(448)	(6.168)
(-) Juros capitalizados	778	2.463	1.070	3.225
IOF	(202)	(1.106)	(66)	(691)
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(5.458)	(18.310)	-	-
Outros	(3.326)	(12.502)	(6.867)	(15.828)
Total	(49.532)	(155.843)	(62.957)	(194.912)
Resultado financeiro	(33.701)	(93.521)	(37.459)	(102.220)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 11,97% a.a. durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e 2016 sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta da Companhia é a CPFL Jaguariúna, tendo como controladora indireta a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- State Grid Brazil Power Participações S/A

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

Notas Explicativas

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 129 (R\$ 4.241 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016). Este valor é composto por R\$ 129 (R\$ 3.804 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 0 (R\$ 437 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo 30/09/2017	Despesa/Custo 9 Meses 2016
Encargos		
Entidades Sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	10.339

As informações comparativas abaixo referem-se ao período em que os acionistas controladores indiretos eram aqueles anteriores à mudança de controle para a State Grid Corporation of China, descrita na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

	Ativo 31/12/2016	Passivo 31/12/2016	Receita 9 meses 2016	Despesa/Custo 9 meses 2016
Saldo bancário e aplicação financeira				
Banco do Brasil S.A.	2.789	-	-	-
Banco Votorantim S.A.	8.040	-	111	-
Debêntures				
Banco do Brasil S.A.	-	250.082	-	6.075
Banco Votorantim S.A.	-	131.730	-	3.200

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Jaguariúna Participações S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Despesa/Custo
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	9 Meses 2017
Compra e Venda de Energia e Encargos					
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	6	7	67
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	226	254	1.853
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	109	97	729
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	1.526	1.715	12.347
Centrais Eletricas da Paraíba S.A.	-	-	723	250	3.169
CPFL Geração de Energia S.A	-	-	9	8	88
Desa Morro dos Ventos II S.A	-	-	-	-	465
Rio Grande Energia S.A.	-	-	791	498	4.025
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	15
Intangível, materiais e prestação de serviço					
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	2.339	-	2.339
Ti Nect Serviços De Informática Ltda.	1.942	-	1.950	-	8
Outros					
Instituto CPFL	-	-	-	-	336

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., entidades sob controle comum ou influência significativa no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2016, são como seguem:

	Ativo	Passivo
	30/09/2016	30/09/2016
Ativo Circulante		
Outros Créditos:		
AES Ergos	92	-
	<u>92</u>	<u>-</u>
Passivo Circulante		
Fornecedor		
AES Big Sky	-	913
AES Ergos	-	92
AES Eletropaulo	-	11
	<u>-</u>	<u>1.017</u>

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de riscos e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível (*)	30/09/2017	
					Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	86.419	86.419
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	1.132.754	1.132.754
					<u>1.219.173</u>	<u>1.219.173</u>
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(a)	(1)	Nível 2 (**)	52.794	52.401
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (**)	1.139.016	1.145.700
					<u>1.191.810</u>	<u>1.198.101</u>

Legenda

Categoria:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Disponível para venda	(2) - Mensurado ao valor justo
(c) - Outros passivos financeiros	

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - Eletrobrás, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Notas Explicativas

- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas perdas no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 são de R\$ 52.381 (ganhos de R\$ 46.274 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

b.1) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2017 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base permaneçam estáveis (CDI 8,14% a.a.; TJLP 7,00% a.a.; IPCA 2,47% a.a. e SELIC 11,40% a.a.), o efeito que seria registrado nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 67.344 (despesa de CDI R\$ 88.993, TJLP R\$ 331, SELIC R\$ 5.999 e receita com IPCA R\$ 27.979). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Cenário I (a)	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	45.738		(489)	319	1.127
Instrumentos financeiros passivos	(1.139.016)		12.187	(7.945)	(28.077)
	(1.093.278)	alta CDI	11.698	(7.626)	(26.950)
Instrumentos financeiros passivos	(4.723)		-	(83)	(165)
	(4.723)	alta TJLP	-	(83)	(165)
Ativo financeiro da concessão	1.132.754		13.933	3.455	(7.023)
	1.132.754	baixa IPCA	13.933	3.455	(7.023)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(52.624)		2.231	1.289	347
	(52.624)	alta SELIC	2.231	1.289	347
Total	(17.871)		27.862	(2.965)	(33.791)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 7,07%, 7,00%, 3,70% e 7,16%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação ou redução foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, um valor de R\$ 2.463 (R\$ 3.225 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

Notas Explicativas

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 – Emissão de debêntures

Em reunião do Conselho de Administração de 21 de agosto de 2017, foi aprovada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em até 3 (três) séries, no montante de R\$ 300.000. Em 24 de outubro de 2017 a Companhia divulgou o comunicado ao mercado referente a interrupção da análise do pedido de registro da oferta pública da 5ª emissão de debêntures, pelo prazo de 30 dias uteis a contar a partir da data do comunicado.

31.2 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”)

Em reunião de diretoria de 09 de outubro de 2017, foi aprovado a proposta de provimento de recursos financeiros, pela CPFL Jaguariúna Participações LTDA, através de Adiantamento de Futuro Aumento de Capital (“AFAC”), de forma a atender e manter a liquidez de Fluxo de Caixa no curto prazo, no montante total de R\$ 45.000.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão de informações trimestrais

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 2.6, os valores correspondentes referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 26 de outubro de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto

Contador CRC-1SP192685/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2017;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2017.

Porto Alegre, 26 de outubro de 2017.

José Carlos Saciloto Tadiello

Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2017;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2017.

Porto Alegre, 26 de outubro de 2017.

José Carlos Saciloto Tadiello

Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia